ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 174, 176 e 182/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 33.827/21 e 33.828/21, 33.831/21, e 33.832/21 e 33.837/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Ofícios n.s 37, 38, 39 e 40/21 do Gabinete da Vice-Prefeita em resposta a pleitos da CMS; Ofícios n.s 65 e 68/21 da Secretaria Municipal de

Governo em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 70/21 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 311/18, 124/19 e 394/19, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.567 a 9.569/21; Projetos de Lei n.s 158/21 da vereadora Cris Correia, 159/21 da vereadora Marta Rodrigues, 160/21 da vereadora Cátia Rodrigues, 161/21 da vereadora Marcelle Moraes e 162/21 da vereadora Laina Crisóstomo; Projetos de Indicação n.s 277/21 do vereador André Fraga, 278/21 do vereador Marcelo Maia, 279/21 do vereador Orlando Palhinha, 280/21 da vereadora Roberta Caires, 281/21 da vereadora Cris Correia, 282/21 do vereador Sílvio Humberto e 283 a 286/21 do vereador Cláudio Tinoco; Requerimentos n.s 138/21 do vereador Leandro Guerrilha, 139 e 140/21 do vereador Augusto Vasconcelos e 141/21 do vereador André Fraga; Requerimento de Utilidade Pública n. 21/21 do vereador Isnard Araújo; Moções n.s 48/21 da vereadora Maria Marighella, 49 e 50/21 do vereador Luiz Carlos Suíca, 51/21 da vereadora Maria Marighella, 52 e 53/21 da vereadora Marta Rodrigues, 54/21 da vereadora Roberta Caires, 55/21 do vereador Augusto Vasconcelos e 56/21 da vereadora Cris Correia; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente submeteu ao Plenário a proposta de inversão da pauta para a imediata votação da Ordem do Dia, com o Pinga-Fogo e as Representações Partidárias se realizando em seguida. A proposta foi votada e aprovada, mas, como ainda não chegara o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vereador Alexandre Aleluia, que concluía a apreciação das Proposições, o senhor presidente determinou que se iniciasse o Pinga-Fogo. Foi votada e aprovada a licença do vereador Sabá (12 de abril). No **Pinga-Fogo**, o vereador Augusto Vasconcelos, ouvidor da CMS, informou o recebimento, pela Ouvidoria, de documento dos estudantes repudiando o retorno imediato das aulas presenciais decidido pela Prefeitura, medida que reputou açodada. Alertou para os riscos envolvidos, observando que muitas escolas não tinham infraestrutura para higienização. Mencionou seu Projeto de Indicação para a inclusão de trabalhadores de serviços essenciais na

vacinação contra a Covid e defendeu a imunização dos trabalhadores de bancos. O vereador Cláudio Tinoco saudou a decisão judicial para serem vacinados 100% dos trabalhadores da educação municipal. Elogiou o processo de vacinação em Salvador, expondo índices e informando que o prefeito e o secretário da Saúde haviam convocado todos os profissionais da Educação para a vacinação. Elogiou o governador do Estado pela postura em favor das aulas presenciais e defendeu a permissão de venda de bebidas alcoólicas no Dia das Mães. A vereadora Marta Rodrigues comentou sobre a mesma decisão judicial, enaltecendo as entidades sindicais dos professores e sua busca por transparência, e explicando que essas entidades necessitavam de dados para tomarem uma posição. Afirmou ser necessária a imunização de todos os profissionais envolvidos nas atividades escolares e alertou sobre as más condições vistas em algumas escolas. Em seguida, conforme já decidido em Plenário, e em razão da chegada do presidente da CCJ, deu-se a inversão de pauta e passou-se à **Ordem do Dia**. O vereador Alexandre Aleluia, presidente da CCJ, subiu à Tribuna para emitir Parecer sobre o Veto n. 1/21, o qual foi favorável. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi também aprovado, contra o voto do vereador Edvaldo Brito. Após discutido e votado, o Veto 1/21 foi mantido, contra o voto do vereador Edvaldo Brito. O senhor presidente agradeceu à vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, e ao vereador Edvaldo Brito, independente, pela possibilidade de se votarem as presentes Proposições. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida destacou o cuidado da Prefeitura com os profissionais da educação. Afirmou que as aulas não poderiam seguir suspensas e que cabia aos pais decidir sobre os filhos irem à escola. Em apreciação o Projeto de Lei n. 137/21, do CredSalvador, com seis Emendas, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e às Emendas n.s 1, 3, 5 e 6, e contrário às Emendas n.s 2 e 4. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 137/21 foi aprovado,

com suas Emendas, até a Redação Final. Em apreciação o Projeto de Lei n. 135/21, pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse que não tinha informações completas sobre esse Projeto, mas que, por ele tratar de alteração de rubrica, não lhe oporia obstáculo. Em seguida, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 135/21 foi aprovado até a Redação Final, com o voto contrário do vereador Sílvio Humberto. Dando-se seguimento à Ordem do Dia, foram também discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 241/19, 150/18, 26/21 e 118/20; Projetos de Resolução n.s 43/21, 47/21, 3/21, 13/21, 21/21, 27/21 e 28/21; e Projetos de Indicação n.s 71/21, 72/21, 74/21, 75/21, 76/21, 77/21, 78/21, 83/21, 178/21 e 235/21. Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 36/21, 38/21, 39/21, 40/21, 41/21, 42/21, 44/21, 45/21, 46/21, 47/21, 48/21 (contra o voto do vereador Alexandre Aleluia) e 50/21; e Requerimentos n.s 134/21, 135/21, 137/21, 138/21 e 139/21. Em apreciação o Projeto de Lei n. 123/21, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 123/21 foi aprovado até a Redação Final. Encerrada a Ordem do Dia, retomou-se o **Pinga-Fogo**. O vereador Edvaldo Brito louvou o esforço da Casa em votar os projetos relativos à pandemia e, assim, atender aos interesses coletivos. Pediu que o Executivo oferecesse mais informações sobre os seus projetos. Declarou-se surpreso com o voto contrário do vereador Alexandre Aleluia à Moção n. 48/21, afirmando que ela fazia aplauso a elementos étnicos negros. Pediu uma análise mais profunda do Projeto de Lei n. 136/21, informando que já o faria. O senhor presidente determinou um minuto de silêncio pelo falecimento de da mãe do ministro da Cidadania e deputado federal João Roma.

Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia esclareceu que a Moção n. 48/21, à qual dera voto contrário, não era a referida pelo vereador Edvaldo Brito, o qual admitiu o seu equívoco e agradeceu. O vereador Leandro Guerrilha defendeu a instituição familiar e convidou alguns pares a compor a Comissão da Família, a ser criada. Parabenizou o prefeito e o secretário da Saúde pela vacinação. O vereador Tiago Ferreira repudiou o assassinato de dois jovens, entregues a traficantes de drogas por funcionários do supermercado Atakarejo, após terem furtado itens desse supermercado. Destacou a gravidade do fato e o racismo nele presente, pedindo que a Casa apurasse o ocorrido e pondo o seu mandato à disposição da família dos mortos. Apontou o não-recebimento de direitos pelos rodoviários da empresa CSN, afirmando a possibilidade de greve. Defendeu a vacinação de todos os rodoviários. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Sílvio Humberto relacionou o direito à educação ao direito à vida, defendendo que o retorno às aulas se pautasse por isso. Afirmou que a decisão judicial retirava o espaço para essa discussão. Também apontou escolas em precárias condições físicas, destacando a desigualdade entre os estudantes e defendendo investimento em recursos para os mais carentes. Denunciou incongruência nos critérios de vacinação para parte dos professores universitários, que estava sem vacinação. O vereador Leandro Guerrilha reiterou elogio à vacinação em Salvador, defendendo a boa discussão e rejeitando as *fake news*. O vereador Anderson Ninho também pediu a vacinação dos rodoviários. O vereador André Fraga observou que muitos espaços vinham sendo reabertos, sob critérios, e pediu que o mesmo se desse com os parques municipais e estaduais. A vereadora Laina Crisóstomo saudou a aprovação de Emenda sobre paridade de gênero e cotas raciais ao Projeto de Lei n. 137/21. Também repudiou o assassinato dos dois jovens relacionado ao supermercado Atakarejo. Defendeu a vacinação dos professores. Declarou que, como cônjuge em uma união matrimonial lésbica, gostaria de integrar a Comissão da Família. O senhor presidente registrou a presença do deputado estadual e ex-vereador Marcell Moraes. A vereadora Cris Correia saudou a medida da Prefeitura

para a vacinação dos docentes. Esclareceu que o vídeo sobre escola com inundação, tomado como referência por alguns edis contrários ao retorno das aulas, era do ano anterior, e que a mesma escola estava em ordem no momento. Observou que a vacina dada aos docentes era a Oxford, que já garantia mais de 70% de imunização após a primeira dose, e afirmou a possibilidade, com isso, de retorno imediato das aulas. O vereador Sílvio Humberto reiterou o sustentado em seu discurso anterior, considerando que os efeitos da volta às aulas somente poderiam ser apurados após semanas e defendendo a volta às aulas no segundo semestre. Em comunicação inadiável, o vereador Sabá elogiou a vacinação e o trabalho dos secretários Leo Prates, Kiki Bispo e Luiz Carlos de Souza, que eram um ex-vereador e dois vereadores licenciados. Em comunicação inadiável, a vereadora Laina Crisóstomo registrou as ameaças sofridas pela prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga, e informou que uma sobrinha dela teria sido assassinada. Também informou uma ação em defesa de mulheres eleitas para cargos eletivos, abrangendo todos os partidos. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito reafirmou a necessidade de se analisar o Projeto de Lei n. 136/21, de desafetação de imóveis não-utilizados. Ofereceu a sua colaboração a respeito. A vereadora Maria Marighella solidarizou-se com a prefeita de Cachoeira, convocando os pares a fazerem o mesmo sobre a prefeita e sobre todas as mulheres em cargos eletivos. Enalteceu as aprovações desta Sessão, inclusive as das Emendas, e defendeu um maior prazo para o pagamento do CredSalvador, pedindo que a Casa o revisse, para que ele fosse de um ano. Também repudiou o assassinato dos dois jovens por ação de traficantes e dos funcionários de supermercado. O vereador Cláudio Tinoco considerou que a Associação dos Professores Licenciados do Brasil-Secção Bahia (APLB-Sindicato), ao determinar o não-retorno das aulas após as várias medidas pelo retorno, estava, na verdade, decretando uma greve. Rejeitou o uso de carros de som, pelos professores, para exortar os alunos a não irem às escolas. Também rejeitou um vídeo com alunos fardados defendendo o não-retorno às aulas. Em comunicação

inadiável, o vereador Leandro Guerrilha parabenizou a Prefeitura pela vacinação. Em comunicação inadiável, o vereador Anderson Ninho informou assalto em Escola de Pau da Lima, pedindo investigação a respeito. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO